

**A DECADÊNCIA EDITORIAL NA ERA DA ECONOMIA DA ATENÇÃO:
JORNALISMO, CULTURA E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Editorial Decline in the Age of the Attention Economy: Journalism, Culture, and Social Responsibility

La Decadencia Editorial en la Era de la Economía de la Atención: Periodismo, Cultura y Responsabilidad Social

Autor

Thiago Pereira Dantas

GISE – Educação Superior

Instituto Global de Ciência

Resumo

O presente artigo analisa criticamente a decadência editorial contemporânea a partir das transformações estruturais impostas pela economia da atenção, pela mediação algorítmica e pela cultura da viralidade. Sustenta-se que a substituição progressiva dos critérios clássicos de noticiabilidade — baseados em interesse público, impacto social e valor educativo — por métricas de engajamento compromete a função social do jornalismo e contribui para o empobrecimento cultural da sociedade. Por meio de uma abordagem teórico-crítica e qualitativa, o estudo examina práticas editoriais contemporâneas, evidenciando a marginalização sistemática da produção científica, intelectual e cultural em favor de conteúdos de apelo imediato. Conclui-se que a crise editorial não decorre de

desinteresse do público, mas de escolhas institucionais condicionadas por modelos econômicos e tecnológicos, demandando a reconstrução de critérios editoriais orientados pela responsabilidade social e pelo compromisso com a formação cultural das novas gerações.

Palavras-chave: Jornalismo; Cultura.

Abstract

This article critically analyzes contemporary editorial decline based on the structural transformations imposed by the attention economy, algorithmic mediation, and the culture of virality. It argues that the progressive replacement of classical newsworthiness criteria—grounded in public interest, social impact, and educational value—by engagement metrics undermines journalism's social function and contributes to cultural impoverishment. Through a qualitative, theoretical-critical approach, the study examines contemporary editorial practices, revealing the systematic marginalization of scientific, intellectual, and cultural production in favor of content driven by immediate appeal. The findings indicate that the editorial crisis does not stem from a lack of public interest, but from institutional choices shaped by economic and technological models, thus requiring the reconstruction of editorial criteria grounded in social responsibility and cultural formation.

Keywords: Journalism; Culture.

Resumen

El presente artículo analiza de manera crítica la decadencia editorial contemporánea a partir de las transformaciones estructurales impuestas por la economía de la atención, la mediación algorítmica y la cultura de la viralidad. Se sostiene que la sustitución progresiva de los criterios clásicos de noticiabilidad —basados en el interés público, el impacto social y el valor educativo— por métricas de interacción compromete la función social del periodismo y contribuye al empobrecimiento cultural de la sociedad. A través de un enfoque cualitativo y teórico-crítico, el estudio examina prácticas editoriales contemporáneas, evidenciando la marginación sistemática de la producción científica, intelectual y cultural en favor de contenidos de atractivo inmediato. Se concluye que la crisis editorial no resulta de la falta de interés del público, sino de decisiones institucionales condicionadas por modelos económicos y tecnológicos, lo que exige la reconstrucción de criterios editoriales orientados por la responsabilidad social y la formación cultural.

Palabras clave: Periodismo; Cultura.

1. INTRODUÇÃO

A imprensa sempre ocupou posição central na organização simbólica das sociedades modernas, exercendo papel que ultrapassa a simples transmissão de informações factuais. Desde a consolidação do jornalismo moderno, sua função esteve vinculada à mediação entre acontecimentos, conhecimento e sociedade, atuando como instrumento de formação cultural, construção da opinião pública e fortalecimento da democracia. No entanto, transformações tecnológicas, econômicas e comunicacionais ocorridas nas últimas décadas alteraram profundamente os critérios editoriais que historicamente orientavam a prática jornalística.

O advento do jornalismo digital, associado à lógica algorítmica das plataformas e à monetização da atenção, produziu uma reconfiguração estrutural do campo editorial. Métricas como cliques, curtidas, compartilhamentos e tempo de retenção passaram a influenciar diretamente as decisões de pauta, frequentemente deslocando a relevância social, científica e cultural para segundo plano. Esse processo tem gerado uma crise silenciosa, porém profunda, da função social da imprensa, marcada pela priorização de conteúdos de baixo valor cognitivo em detrimento da produção intelectual qualificada.

Essa transformação não pode ser compreendida apenas como uma adaptação tecnológica. Trata-se de uma mudança paradigmática que impacta o próprio sentido do jornalismo enquanto instituição social. Quando critérios de viralidade se sobrepõem a critérios de mérito informacional, o jornalismo deixa de cumprir sua função formadora e passa a operar como agente de reprodução do ruído informacional, contribuindo para o empobrecimento do debate público e para a fragilização da cultura democrática.

Diversos estudos têm apontado que a superexposição a conteúdos superficiais compromete a capacidade crítica dos indivíduos, reduzindo a complexidade cognitiva com que temas relevantes são percebidos e discutidos. Nesse cenário, a imprensa não apenas reflete uma suposta demanda social, mas participa ativamente da construção de um ambiente informacional marcado pela banalização do conhecimento e pela desvalorização da ciência, da cultura e da produção intelectual.

A problemática se agrava no contexto regional e local, onde veículos de comunicação desempenham papel ainda mais decisivo na formação identitária e cultural das comunidades. A invisibilização de pesquisas, obras acadêmicas, produções culturais e iniciativas científicas de impacto social compromete não apenas o reconhecimento desses trabalhos, mas também o desenvolvimento intelectual e simbólico das regiões às quais pertencem. Assim, a ausência sistemática de tais conteúdos no noticiário não constitui simples omissão editorial, mas uma falha estrutural de responsabilidade social.

Diante desse contexto, torna-se imperativo questionar os critérios que orientam as escolhas editoriais contemporâneas e refletir sobre as consequências dessas decisões para a educação, a cultura e a democracia. A presente investigação parte da premissa de que o jornalismo não pode ser reduzido a um produto de consumo imediato, pois sua legitimidade social reside justamente na capacidade de organizar o conhecimento, contextualizar informações e promover reflexão crítica.

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a decadência editorial contemporânea, compreendida como o afastamento progressivo da imprensa de sua função civilizatória, e propor um conjunto de critérios científicos e éticos capazes de reorientar a prática jornalística para a relevância social, cultural e educativa. Para tanto, adota-se uma abordagem teórico-crítica, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da comunicação, da sociologia e da filosofia social, articulando tais referenciais à análise do atual ecossistema informacional.

Ao final, o estudo apresenta um manifesto científico-editorial que não se limita à crítica, mas propõe princípios estruturantes para a reconstrução ética do jornalismo, reafirmando seu compromisso com a formação intelectual das gerações presentes e futuras. Assim, este trabalho busca contribuir para o debate acadêmico e social acerca do papel da imprensa em um cenário marcado pela abundância informativa e pela escassez de sentido.

2. O JORNALISMO COMO FUNÇÃO CIVILIZATÓRIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ÉTICOS

O jornalismo, enquanto instituição social, não pode ser compreendido apenas como atividade informativa ou mercadológica. Desde sua consolidação nas sociedades

modernas, ele se constituiu como elemento estruturante da esfera pública, desempenhando papel central na mediação entre fatos, conhecimento e vida social. A noção de jornalismo como função civilizatória parte do pressuposto de que a informação organizada, contextualizada e eticamente mediada é condição indispensável para o exercício da cidadania e para a sustentação dos regimes democráticos.

Habermas (1984) concebe a esfera pública como um espaço de deliberação racional, no qual a circulação de informações qualificadas permite a formação da opinião pública crítica. Nesse sentido, o jornalismo atua como mediador simbólico entre os acontecimentos e o debate social, sendo responsável não apenas por relatar fatos, mas por organizá-los de modo inteligível, fornecendo contexto, significado e relevância. Quando esse papel é comprometido, a própria rationalidade comunicativa da esfera pública se fragiliza.

John Dewey (1927) já advertia que a democracia não se sustenta apenas por estruturas institucionais, mas pela qualidade da comunicação entre os cidadãos. Para o autor, a imprensa exerce função pedagógica fundamental, pois conecta indivíduos aos problemas comuns da sociedade. Assim, o jornalismo não apenas informa, mas educa politicamente, contribuindo para a construção de uma consciência coletiva orientada pelo interesse público.

No campo dos estudos contemporâneos do jornalismo, Kovach e Rosenstiel (2001) reforçam essa compreensão ao afirmarem que o primeiro compromisso do jornalismo é com a verdade, e sua lealdade primordial deve ser dirigida aos cidadãos. Tal perspectiva desloca o foco do jornalismo de métricas comerciais para princípios éticos, ressaltando que a credibilidade e a relevância social constituem os principais ativos da imprensa.

Entretanto, a função civilizatória do jornalismo não se restringe à dimensão política. Ela abrange também a promoção da cultura, da ciência e do conhecimento sistematizado. McQuail (2010) destaca que a mídia exerce papel decisivo na construção de valores culturais e na definição do que uma sociedade reconhece como digno de atenção. Desse modo, as escolhas editoriais contribuem diretamente para a hierarquização simbólica do conhecimento, influenciando o imaginário coletivo.

Sob essa perspectiva, o jornalismo funciona como um agente de legitimação cultural. Ao conferir visibilidade a determinados temas, práticas e produções intelectuais, a imprensa participa da definição do que é socialmente relevante. A omissão sistemática de conteúdos científicos, acadêmicos e culturais não constitui neutralidade editorial, mas uma forma de deslegitimação simbólica do conhecimento, com efeitos duradouros sobre a formação cultural da sociedade.

A teoria do campo jornalístico, desenvolvida por Bourdieu (1997), oferece importante contribuição para a compreensão dessas dinâmicas. O autor argumenta que o campo da mídia é atravessado por tensões entre autonomia intelectual e pressões econômicas. Quando a lógica mercantil se impõe, os critérios internos do campo — como rigor, profundidade e relevância — tendem a ser substituídos por critérios externos, associados à audiência e ao consumo rápido. Esse processo compromete a função crítica do jornalismo e reduz sua capacidade de resistência às forças do mercado.

Adorno e Horkheimer (1985), ao analisarem a indústria cultural, já alertavam para os riscos da padronização do conteúdo informacional e da transformação da cultura em mercadoria. Embora suas reflexões antecedam o ambiente digital, seus argumentos permanecem atuais ao evidenciar como a lógica da produção em massa tende a privilegiar conteúdos de fácil assimilação, em detrimento de produções que demandam reflexão e esforço cognitivo.

No contexto contemporâneo, a convergência entre mídia digital, plataformas algorítmicas e economia da atenção intensificou essas tensões. O jornalismo passou a disputar a atenção do público em um ambiente saturado de estímulos, o que frequentemente conduz à adoção de estratégias editoriais orientadas pela emoção, pela simplificação excessiva e pelo apelo visual. Tal cenário desafia os fundamentos éticos do jornalismo e coloca em risco sua função civilizatória.

Apesar dessas pressões, a responsabilidade ética da imprensa permanece inalterada. A função social do jornalismo não é determinada pelo meio tecnológico em que opera, mas por seus princípios estruturantes. Ética, responsabilidade pública, compromisso com a verdade e promoção do conhecimento constituem elementos inegociáveis da prática jornalística, independentemente das transformações técnicas e econômicas.

Portanto, compreender o jornalismo como função civilizatória implica reconhecer que suas escolhas editoriais possuem consequências sociais profundas. A valorização ou negligência de determinados conteúdos impacta diretamente a formação cultural, o desenvolvimento intelectual e a qualidade do debate público. Ao reafirmar esses fundamentos teóricos e éticos, esta seção estabelece a base conceitual necessária para a análise crítica da decadência editorial contemporânea, que será aprofundada nas seções seguintes.

3. ECONOMIA DA ATENÇÃO, ALGORITMOS E A CULTURA DA VIRALIDADE

A consolidação do jornalismo digital ocorreu paralelamente à ascensão de um novo modelo econômico baseado na captura, retenção e monetização da atenção humana. Esse modelo, amplamente denominado economia da atenção, redefiniu as lógicas de produção,

circulação e consumo de informação, deslocando o eixo da relevância editorial para métricas quantitativas de engajamento. Nesse contexto, a atenção deixa de ser um meio para o acesso ao conhecimento e passa a ser o próprio produto central da indústria informacional.

Davenport e Beck (2001) foram pioneiros ao identificar a atenção como recurso escasso nas sociedades contemporâneas. No ambiente digital, essa escassez é intensificada pela abundância de estímulos informacionais concorrentes, o que leva plataformas e veículos de comunicação a adotarem estratégias cada vez mais agressivas para capturar o interesse do público. O resultado é um ecossistema informational orientado não pela profundidade do conteúdo, mas por sua capacidade de gerar reação imediata.

Os algoritmos desempenham papel central nesse processo. Plataformas digitais utilizam sistemas automatizados de recomendação que priorizam conteúdos com maior potencial de engajamento, frequentemente medido por cliques, curtidas, comentários e tempo de visualização. Essa lógica algorítmica exerce influência direta sobre as escolhas editoriais, uma vez que veículos passam a adaptar suas pautas aos critérios de visibilidade impostos pelas plataformas, comprometendo sua autonomia editorial.

Carr (2011) argumenta que esse ambiente favorece a fragmentação cognitiva e reduz a capacidade de concentração e reflexão profunda dos indivíduos. A exposição contínua a conteúdos curtos, emocionalmente carregados e descontextualizados compromete a assimilação de informações complexas, dificultando o pensamento crítico. Assim, a lógica da viralidade não apenas redefine o jornalismo, mas impacta a própria estrutura cognitiva do público.

A cultura da viralidade opera por meio de estímulos afetivos intensos, como choque, indignação, humor simplificado ou identificação superficial. Conteúdos que mobilizam

emoções imediatas tendem a ser privilegiados em detrimento daqueles que exigem análise, contextualização ou conhecimento prévio. Essa dinâmica cria um ambiente no qual a complexidade é penalizada e a superficialidade é recompensada, estabelecendo um círculo vicioso de empobrecimento informacional.

McChesney (2013) destaca que a mercantilização da mídia digital reforça a dependência de receitas publicitárias vinculadas ao volume de audiência, intensificando a pressão por conteúdos de alta circulação e baixo custo cognitivo. Nesse cenário, o jornalismo passa a competir diretamente com outras formas de entretenimento, diluindo sua identidade e comprometendo sua função social distintiva.

A influência algorítmica não se limita à distribuição do conteúdo, mas interfere também na sua produção. Editores e jornalistas, conscientes dos critérios de visibilidade digital, passam a internalizar a lógica da viralidade, ajustando títulos, imagens e narrativas para maximizar engajamento. Esse processo resulta em uma forma de autocensura estrutural, na qual conteúdos de alto valor cultural ou científico são preteridos por não se adequarem às métricas dominantes.

Zuboff (2019) amplia essa análise ao situar a economia da atenção no contexto do capitalismo de vigilância, no qual dados comportamentais são explorados para prever e influenciar ações humanas. A informação deixa de ser um bem público e passa a ser instrumento de modulação comportamental, subordinando a comunicação a interesses econômicos opacos. Nesse modelo, o jornalismo corre o risco de se tornar vetor de manipulação simbólica, ao invés de instrumento de esclarecimento.

A convergência entre economia da atenção, algoritmos e cultura da viralidade produz, portanto, uma reconfiguração profunda do campo jornalístico. A noção tradicional de relevância editorial — baseada em impacto social, interesse público e valor informacional — é substituída por uma lógica de desempenho algorítmico. Esse deslocamento compromete a capacidade do jornalismo de cumprir sua função civilizatória, pois privilegia o efêmero sobre o estrutural, o emocional sobre o racional e o espetáculo sobre o conhecimento.

No âmbito regional, esses efeitos são ainda mais pronunciados. Veículos locais, ao disputarem atenção em ambientes digitais dominados por grandes plataformas, tendem a reproduzir modelos de conteúdo viral como estratégia de sobrevivência. Contudo, essa adaptação frequentemente ocorre à custa da valorização da produção intelectual local, da ciência regional e da cultura própria, resultando em um empobrecimento simbólico das comunidades atendidas.

Assim, a cultura da viralidade não deve ser compreendida apenas como tendência tecnológica, mas como fenômeno sociocultural que redefine as prioridades informacionais da sociedade. Ao subordinar o jornalismo às métricas da atenção, esse modelo fragiliza o papel educativo da imprensa e compromete sua responsabilidade social. A compreensão crítica dessa dinâmica é fundamental para a análise da decadência editorial contemporânea, tema que será aprofundado na próxima seção.

4. A DECADÊNCIA EDITORIAL CONTEMPORÂNEA: SINTOMAS, CAUSAS E EFEITOS SOCIAIS

A decadência editorial contemporânea não pode ser compreendida como fenômeno episódico ou resultado exclusivo de falhas individuais na prática jornalística. Trata-se de um processo estrutural, produzido pela convergência entre pressões econômicas, transformações tecnológicas e redefinições culturais no consumo da informação. Esse processo manifesta-se por meio de sintomas recorrentes que revelam o afastamento progressivo da imprensa de sua função social formadora.

Um dos principais sintomas dessa decadência é a banalização do critério de noticiabilidade. Tradicionalmente, a relevância de um fato jornalístico estava associada ao seu impacto social, à sua capacidade de informar decisões coletivas e ao seu valor para o interesse público. No modelo contemporâneo, esse critério é frequentemente substituído por indicadores de performance digital, como potencial de engajamento e viralização, que não guardam relação direta com a importância social do conteúdo.

Essa substituição gera uma distorção estrutural da agenda editorial. Conteúdos de baixo valor cognitivo, embora capazes de gerar reações imediatas, passam a ocupar espaço central no noticiário, enquanto temas complexos, científicos ou culturais são marginalizados ou tratados de forma superficial. O resultado é uma inversão de prioridades informacionais que compromete a qualidade do debate público e enfraquece a capacidade crítica da sociedade.

Outro sintoma relevante da decadência editorial é a homogeneização do conteúdo. A busca por formatos que garantam maior alcance algorítmico conduz à padronização de narrativas, títulos e abordagens, reduzindo a diversidade informativa. Essa uniformização limita a pluralidade de perspectivas e empobrece o ecossistema midiático, tornando-o previsível e pouco inovador do ponto de vista intelectual.

As causas desse processo são múltiplas e interdependentes. No plano econômico, a crise dos modelos tradicionais de financiamento do jornalismo intensificou a dependência de receitas publicitárias vinculadas à audiência digital. Tal dependência reforça a centralidade das métricas de engajamento, pressionando as redações a priorizarem conteúdos com maior potencial de circulação rápida. No plano tecnológico, a mediação algorítmica das plataformas digitais redefine a visibilidade do conteúdo, condicionando o alcance informacional a critérios opacos e orientados por interesses comerciais.

No plano cultural, observa-se uma mudança nos padrões de consumo informacional, marcada pela preferência por conteúdos breves, imagéticos e emocionalmente carregados. Embora essas preferências não possam ser desconsideradas, atribuir a elas a responsabilidade exclusiva pela decadência editorial constitui uma simplificação indevida. A imprensa não é mero reflexo do gosto do público; ela participa ativamente da formação desses gostos por meio de suas escolhas editoriais.

Os efeitos sociais da decadência editorial são profundos e duradouros. A exposição contínua a conteúdos superficiais contribui para a redução da complexidade com que questões sociais, políticas e culturais são compreendidas. Esse empobrecimento cognitivo compromete a capacidade dos indivíduos de avaliar criticamente informações, tornando-os mais suscetíveis à desinformação e à manipulação simbólica.

Além disso, a negligência sistemática da produção científica e intelectual fragiliza a relação entre conhecimento e sociedade. Quando pesquisas, obras acadêmicas e iniciativas culturais de impacto social não encontram espaço no noticiário, cria-se um distanciamento entre a produção do saber e o público, enfraquecendo a circulação do conhecimento validado. Esse distanciamento compromete o desenvolvimento cultural e científico, especialmente em contextos regionais onde a imprensa desempenha papel central na valorização da identidade local.

A decadência editorial também afeta a legitimidade institucional da imprensa. A perda de credibilidade, frequentemente observada em pesquisas de opinião, não decorre apenas da disseminação de notícias falsas, mas da percepção de que os veículos deixaram de cumprir sua função pública. Quando o público identifica um descompasso entre relevância social e escolhas editoriais, a confiança na imprensa é corroída, enfraquecendo sua autoridade simbólica.

Do ponto de vista democrático, os impactos são igualmente significativos. A imprensa desempenha papel essencial na mediação entre cidadãos e instituições, contribuindo para a transparência e a accountability. A redução da qualidade informacional compromete esse papel, dificultando a formação de uma opinião pública informada e crítica. Assim, a decadência editorial não representa apenas uma crise do jornalismo, mas um desafio estrutural à própria democracia.

É importante destacar que a crítica à decadência editorial não implica a negação das transformações tecnológicas ou a rejeição do ambiente digital. O problema central reside na ausência de critérios éticos e científicos capazes de orientar a prática jornalística em meio a essas transformações. Sem tais critérios, a imprensa corre o risco de se tornar refém de dinâmicas que privilegiam o imediato em detrimento do essencial.

Diante desse diagnóstico, torna-se necessário avançar para além da crítica, construindo um marco analítico que permita distinguir conteúdos relevantes de conteúdos meramente virais, bem como orientar escolhas editoriais comprometidas com o interesse público. Essa tarefa será desenvolvida na próxima seção, que apresenta uma proposta de metodologia e critérios para a avaliação da relevância editorial.

5. METODOLOGIA: ABORDAGEM TEÓRICO-CRÍTICA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE EDITORIAL

O presente estudo adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, fundamentada em análise teórico-crítica do campo da comunicação e do jornalismo contemporâneo. Tal escolha justifica-se pela complexidade do objeto investigado, que envolve dimensões simbólicas, culturais, econômicas e tecnológicas não passíveis de mensuração exclusivamente quantitativa. A metodologia busca compreender processos estruturais que influenciam as práticas editoriais, e não apenas descrever eventos isolados.

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa está ancorada no paradigma crítico, o qual comprehende a comunicação como prática social inserida em relações de poder. Esse paradigma permite problematizar as condições materiais e simbólicas que moldam a produção da informação, bem como seus efeitos sobre a formação cultural da sociedade. A opção por essa abordagem está alinhada com estudos clássicos e contemporâneos da economia política da comunicação e da sociologia do jornalismo.

A pesquisa desenvolve-se a partir de três eixos metodológicos complementares: (i) revisão bibliográfica sistematizada; (ii) análise documental de conteúdos jornalísticos; e (iii) análise comparativa de critérios editoriais. Esses eixos permitem triangulação dos dados, conferindo maior robustez interpretativa aos resultados.

A revisão bibliográfica contempla autores que abordam a economia da atenção, a mediação algorítmica, o papel social do jornalismo e os impactos culturais da mídia digital. O objetivo dessa etapa é estabelecer o arcabouço teórico que fundamenta a análise crítica da decadência editorial, garantindo consistência conceitual e diálogo com a literatura científica internacional.

A análise documental concentra-se em conteúdos jornalísticos publicados em veículos de imprensa regional e nacional, com recorte temporal recente, permitindo observar padrões contemporâneos de seleção e hierarquização de notícias. Os materiais analisados incluem reportagens, notas editoriais e publicações em plataformas digitais associadas aos veículos, considerando tanto o conteúdo textual quanto os elementos paratextuais, como títulos, imagens e chamadas.

Para a seleção do corpus, adotaram-se critérios de relevância temática e representatividade editorial. Foram priorizados conteúdos que exemplificam a dicotomia entre valor social da informação e potencial de engajamento digital, permitindo observar como tais critérios influenciam as decisões editoriais. A escolha do corpus não busca exaustividade estatística, mas profundidade analítica, conforme orienta a pesquisa qualitativa.

A análise comparativa de critérios editoriais constitui o núcleo metodológico do estudo. Essa etapa envolve a identificação e o confronto entre dois conjuntos de critérios: (a) critérios clássicos de noticiabilidade, baseados em interesse público, impacto social e valor informacional; e (b) critérios contemporâneos de visibilidade digital, orientados por métricas de engajamento e potencial de viralização. O objetivo é evidenciar as tensões e contradições entre esses modelos.

Como instrumento analítico, foram definidos indicadores qualitativos de relevância editorial, tais como: contribuição para o debate público, potencial educativo, valorização da produção científica e cultural, contextualização informacional e impacto social de longo prazo. Esses indicadores permitem avaliar o conteúdo jornalístico para além de sua performance imediata, oferecendo uma perspectiva crítica sobre sua função social.

O procedimento de análise seguiu etapas sucessivas de leitura, categorização e interpretação dos dados. Inicialmente, os conteúdos selecionados foram submetidos a leitura exploratória, visando identificar padrões recorrentes. Em seguida, procedeu-se à categorização temática, associando os conteúdos aos indicadores definidos. Por fim, realizou-se a interpretação crítica, articulando os resultados empíricos com o referencial teórico adotado.

Importante destacar que o estudo não tem como objetivo a responsabilização individual de profissionais ou veículos específicos, mas a análise de estruturas editoriais e lógicas sistêmicas. Essa delimitação ética é fundamental para preservar o caráter científico da pesquisa e evitar personalizações indevidas, mantendo o foco nas dinâmicas que afetam o campo jornalístico como um todo.

No que se refere às limitações metodológicas, reconhece-se que a natureza qualitativa da pesquisa implica certo grau de subjetividade interpretativa. Contudo, essa limitação é mitigada pela transparência dos critérios adotados e pela fundamentação teórica consistente, que permite a replicabilidade analítica em estudos futuros.

Assim, a metodologia apresentada oferece um quadro analítico robusto para a investigação da decadência editorial contemporânea, possibilitando a articulação entre teoria e prática jornalística. A próxima seção apresenta os resultados e a discussão analítica, a partir da aplicação dos critérios metodológicos definidos.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE CRÍTICA DAS PRÁTICAS EDITORIAIS CONTEMPORÂNEAS

A aplicação dos critérios metodológicos definidos permitiu identificar padrões consistentes nas práticas editoriais analisadas, evidenciando a prevalência de uma lógica informacional orientada por métricas de engajamento em detrimento de critérios clássicos de relevância social. Os resultados indicam que a seleção e a hierarquização de conteúdos jornalísticos têm sido fortemente influenciadas por indicadores de performance digital, o que corrobora as hipóteses apresentadas nas seções anteriores.

Um dos principais resultados observados foi a discrepância entre o valor social do conteúdo e sua visibilidade editorial. Conteúdos com elevado potencial educativo, científico ou cultural apresentaram menor destaque editorial quando comparados a publicações de caráter espetacular ou personalista, mesmo quando estas últimas demonstraram baixo impacto social de longo prazo. Tal achado reforça a tese de que a noticiabilidade contemporânea tem sido redefinida por critérios extrínsecos à função social do jornalismo.

A análise documental revelou ainda a recorrência de narrativas descontextualizadas, marcadas pela ausência de aprofundamento analítico. Em diversos casos, conteúdos

foram apresentados de forma fragmentada, com ênfase em elementos visuais ou emocionais, em detrimento da contextualização histórica, científica ou social. Esse padrão contribui para a simplificação excessiva de temas complexos, limitando a compreensão crítica por parte do público.

Outro resultado relevante refere-se à origem dos conteúdos de maior densidade intelectual. Observou-se que matérias relacionadas à produção científica, cultural ou intelectual frequentemente são publicadas a partir de material fornecido por assessorias de imprensa, enquanto conteúdos de entretenimento ou apelo sensacionalista são majoritariamente produzidos pela própria redação. Essa distinção sugere uma priorização editorial que desloca o investimento profissional para pautas de maior retorno algorítmico, marginalizando temas de interesse público estruturante.

A análise comparativa dos critérios editoriais evidenciou a coexistência de dois modelos em tensão. De um lado, o modelo normativo do jornalismo, fundamentado em interesse público, responsabilidade social e compromisso educativo. De outro, o modelo performativo, orientado por métricas de engajamento, viralidade e retorno imediato. Os resultados indicam que, na prática cotidiana, o segundo modelo tende a se sobrepor ao primeiro, configurando um processo de erosão dos valores editoriais tradicionais.

No que se refere ao engajamento do público, os dados qualitativos analisados — incluindo padrões de interação e natureza dos comentários — indicam que conteúdos de baixo valor informatacional frequentemente geram alto volume de reações, porém predominantemente

negativas ou superficiais. Em contraste, conteúdos de maior densidade intelectual apresentam engajamento quantitativamente menor, mas qualitativamente mais consistente, com interações que demonstram reflexão e interesse genuíno. Essa distinção questiona a adequação do engajamento bruto como métrica exclusiva de relevância editorial.

Do ponto de vista cultural, os resultados sugerem um processo de desvalorização simbólica do conhecimento científico e intelectual no espaço midiático. A ausência sistemática de cobertura aprofundada sobre produção acadêmica, inovação intelectual e iniciativas culturais de impacto contribui para a invisibilização do conhecimento como elemento central do desenvolvimento social. Esse fenômeno é particularmente sensível em contextos regionais, onde a imprensa local desempenha papel estratégico na valorização da identidade e da produção endógena de saber.

A discussão dos resultados permite afirmar que a decadência editorial não decorre de um desinteresse intrínseco do público por conteúdos qualificados, mas de uma estrutura de mediação que privilegia determinadas formas de conteúdo em detrimento de outras. Ao internalizar a lógica algorítmica como critério editorial, a imprensa contribui para a formação de hábitos informacionais superficiais, reforçando o próprio modelo que a fragiliza.

Esses achados dialogam diretamente com a literatura analisada, especialmente no que se refere à economia da atenção e à cultura da viralidade. Conforme apontado por Zuboff (2019) e McChesney (2013), a subordinação da informação a interesses econômicos compromete sua função pública. Os resultados empíricos deste estudo reforçam essas

análises ao demonstrar, no plano editorial concreto, os efeitos dessas dinâmicas sobre a qualidade informacional.

Por fim, os resultados evidenciam a necessidade urgente de revisão dos critérios editoriais adotados pelos veículos de comunicação. A persistência das práticas observadas tende a aprofundar o distanciamento entre imprensa e sociedade, comprometendo tanto a credibilidade institucional do jornalismo quanto sua capacidade de contribuir para a formação cultural e cidadã das novas gerações.

A próxima seção apresenta as conclusões do estudo, sistematizando os principais achados e propondo diretrizes normativas para a reconstrução de uma prática editorial comprometida com o interesse público, a cultura e o conhecimento.

7. CONCLUSÕES E DIRETRIZES PARA A RECONSTRUÇÃO EDITORIAL

O presente artigo teve como objetivo analisar criticamente a decadência editorial contemporânea a partir das transformações estruturais que afetam o jornalismo no contexto da economia da atenção, da mediação algorítmica e da cultura da viralidade. Ao longo do estudo, demonstrou-se que a crise editorial não se limita a mudanças tecnológicas ou a preferências momentâneas do público, mas decorre de uma reconfiguração profunda dos critérios que orientam a produção e a hierarquização da informação.

Os resultados obtidos permitem concluir que a centralidade atribuída às métricas de engajamento compromete a função social do jornalismo, ao deslocar o foco da relevância pública para a performance digital. Essa substituição de critérios enfraquece o papel educativo da imprensa, reduz a complexidade do debate público e contribui para a

desvalorização simbólica da produção científica, intelectual e cultural. Tal processo evidencia uma ruptura entre o jornalismo e sua missão histórica de mediação qualificada do conhecimento.

Constatou-se também que a decadência editorial não é produto exclusivo da demanda do público, mas de escolhas institucionais condicionadas por modelos econômicos e tecnológicos específicos. Ao internalizar a lógica algorítmica como parâmetro editorial, os veículos de comunicação passam a reforçar padrões informacionais superficiais, criando um ciclo de retroalimentação que limita a diversidade temática e empobrece o ecossistema midiático.

No âmbito regional, os efeitos dessa dinâmica revelam-se ainda mais sensíveis. A invisibilização sistemática de iniciativas científicas, culturais e intelectuais locais compromete a valorização do capital simbólico regional e fragiliza os processos de desenvolvimento cultural e educacional. A imprensa regional, ao abdicar de seu papel formador, perde a oportunidade de atuar como agente estratégico de promoção do conhecimento e da identidade local.

Diante desse diagnóstico, o estudo propõe um conjunto de diretrizes normativas para a reconstrução editorial, orientadas por critérios científicos, éticos e culturais. Primeiramente, recomenda-se a revalorização dos critérios clássicos de noticiabilidade, tais como impacto social, interesse público e potencial educativo, como eixos centrais da tomada de decisão editorial. Esses critérios devem coexistir com as métricas digitais, mas não ser subordinados a elas.

Em segundo lugar, torna-se necessária a institucionalização de políticas editoriais que assegurem espaço sistemático para a divulgação da produção científica, intelectual e cultural, especialmente aquela de relevância regional. Tal medida contribui para

aproximar o conhecimento acadêmico da sociedade, fortalecendo a circulação social do saber validado.

Outra diretriz fundamental refere-se à transparência editorial. A distinção clara entre conteúdos produzidos pela redação e materiais oriundos de assessorias de imprensa deve ser explicitada ao público, reforçando a credibilidade institucional e a responsabilidade ética do jornalismo. Essa transparência permite ao leitor compreender os diferentes regimes de produção da informação e avaliar criticamente o conteúdo consumido.

Adicionalmente, recomenda-se o investimento contínuo na formação crítica dos profissionais da comunicação, capacitando-os a compreender os impactos socioculturais da mediação algorítmica e a resistir à redução da prática jornalística a meras estratégias de engajamento. A formação ética e epistemológica constitui elemento central para a preservação da autonomia editorial.

Por fim, este estudo defende que a reconstrução editorial não deve ser compreendida como retorno a modelos ultrapassados, mas como reinvenção crítica do jornalismo em diálogo com as transformações contemporâneas. Trata-se de resgatar a centralidade do conhecimento, da cultura e do interesse público como fundamentos da prática editorial, garantindo que a imprensa continue a desempenhar papel relevante na formação das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Post-industrial journalism: adapting to the present. New York: Tow Center for Digital Journalism, 2020.

CARR, Nicholas. The shallows: what the Internet is doing to our brains. New York: W. W. Norton & Company, 2011.

DAVENPORT, Thomas H.; BECK, John C. The attention economy: understanding the new currency of business. Boston: Harvard Business School Press, 2001.

FLETCHER, Richard; NIELSEN, Rasmus Kleis. Trust in news. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2021.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MCCHESNEY, Robert W. Digital disconnect: how capitalism is turning the Internet against democracy. New York: The New Press, 2013.

NAPOLI, Philip M. Social media and the public interest: media regulation in the disinformation age. New York: Columbia University Press, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.